

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I	
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS A FUNDAMENTAR A ARBITRAGEM COMERCIAL EM LITÍGIOS ADMINISTRATIVOS	23
1.1. Princípio da Legalidade.....	23
1.2. Princípios da Eficiência e da Consensualidade e Direitos Fundamentais ao Acesso à Justiça e à Razoável Duração do Processo: A Arbitragem como Elemento de Juridicidade da Normativa Constitucional.....	32
1.3. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público e a Arbitrabilidade Objetiva de Litígios Administrativos	46
1.4. Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	53
1.5. Princípio da Publicidade e o Sigilo em Procedimento Arbitral.....	60
1.6. A Imunidade de Jurisdição em Arbitragem Comercial Internacional.....	66
1.7. Matérias sujeitas à Intervenção do Ministério Público.....	77
2. A ARBITRAGEM E A TEORIA DOS PODERES IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	81

PARTE II

3. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	85
4. A ARBITRAGEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS SETORES REGULADOS DE INFRA-ESTRUTURA	99
4.1. A Lei n.º 8.666/1993 e a Atuação <i>Contra Legem</i> exigida da Administração Pública	99
4.2. A Arbitragem no Setor de Energia Elétrica.....	107
4.3. A Arbitragem no Setor de Petróleo e Gás	123
4.4. A Arbitragem no Setor de Telecomunicações.....	129
4.5. A Arbitragem e a Concessão de Serviços Públicos	132
4.6. A Arbitragem nas Parcerias Público-Privado.....	135
4.7. A Arbitragem e o Setor de Transportes.....	141

PARTE III

5. SÍNTESE CONCLUSIVA	147
6. POST SCRIPTUM.....	151
Algumas Decisões Arbitrais e Judiciais Estrangeiras em Arbitragem Comercial envolvendo Entes Públicos.....	151
7. BIBLIOGRAFIA	195